



Pref. Munic. Bebedouro

Folha nº 00035

PTB CMI

Instituição/Órgão

P.M. BEBEDOURO/SP / SP

Nº Convênio/Termo Aditivo

767999/2011

Vigência

30/12/2011 à 30/12/2012

**SPETR
SPPE
DES/DEQ/MTE**

**Plano de Trabalho do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ
PLANSEQ SERVIÇOS**



Ministério do Trabalho e Emprego
Gestão de Convênios
Plano de Trabalho do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ
Ano: 2011

Prof. Munic. Bebedouro
Emissor: Folha nº 00031
Pres. CML

Instituição/Órgão

Instituição/Órgão

P.M. BEBEDOURO/SP

CNPJ

45.709.920/0001-11

Endereço

PC. JOSE STAMATO SOBRINHO | no. 45 | b. CENTRO

Cidade

BEBEDOURO

UF
SP

DDD/Telefone

(17) 33459126

Dados Bancários

Banco

BANCO DO BRASIL S/A (BRASIL)

Agência

54(BEBEDOURO,SP)

Conta Corrente

326593

Praça

Bebedouro/SP

Dados do Responsável

Nome

JOAO BATISTA BIANCHINI

CPF

071.376.858-46

RG

18857897

Cargo

PREFEITO

Matrícula

Órgão Emissor
SSP/SP

Função

Endereço

R. ANTONIO JANINI | no. 136 | b. JARDIM AEROPORTO

CEP

14708-014

E-mail

secretariagabinete@bebedouro.sp.gov.br



SINE
SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO



FAT
FUNDAMENTO AO
TRABALHADOR

**Ministério do
Trabalho e Emprego**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Página: 2/7

Desenvolvido pela Dataprev

Descrição do Plano de Trabalho

Título do Projeto

PLANSEQ SERVIÇOS

Início

30/12/2011

Término

30/12/2012

Data de publicação no DOU

23/01/2012

Data de Assinatura

30/12/2011

Nº Convênio/Termo Aditivo

767999/2011

Identificação do objeto

Qualificação social e profissional na área de Serviços, de 535 educandos em 18 turmas, para o(s) curso (s) : almoxarife, auxiliar de cozinha, cuidador de idosos, garçom, informática básica e recepcionista, divididos em 17 turmas com 30 educandos e 1 turma com 25 educandos, totalizando 535 educandos.

Justificativa da Proposição

Com a crescente demanda por mão de obra qualificada e a evasão do homem do campo; devido a fatores como a substituição da colheita da laranja pela da cana de açúcar; a falta de certificação e a dificuldade financeira. O Município de Bebedouro (SP), possui grande maioria de seus trabalhadores, oriundos da colheita da Laranja, a qual encontra-se em franca substituição pela Cana de Açúcar e Alcool. Necessitamos com urgência, capacitar esta mão de obra, para as novas exigências e oportunidades de trabalho. Qualificando-os para as funções mais solicitadas e principalmente; direciona-lo na busca e decisão quanto a qualificação à ser seguida. Esta mão de obra excedente não possui recursos para custear um treinamento de qualidade e com certificação. Assim o Município de Bebedouro (SP), busca o treinamento de 535 Educandos; com certificação reconhecida nacionalmente e distribuídos através dos seguintes e específicos cursos.

Participes

Não há registros cadastrados

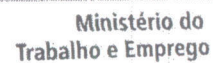
Cronograma de Execução

Meta	Especificação	Indicador Físico		Duração	
		Unidade	Quantidade	Data Início	Data Fim
01	414105 - ALMOXARIFE	Educandos	90	30/12/2011	30/12/2012
01	422105 - SECRETARIA/RECEPCIONISTA/TELEFONISTA	Educandos	90	30/12/2011	30/12/2012
01	317205 - INFORMATICA BASICA	Educandos	90	30/12/2011	30/12/2012
01	513505 - AUXILIAR DE COZINHA	Educandos	90	30/12/2011	30/12/2012
01	516210 - CUIDADOR DE IDOSOS	Educandos	85	30/12/2011	30/12/2012
01	513405 - GARÇOM	Educandos	90	30/12/2011	30/12/2012
Total			535		



Cronograma de Desembolso

Meta		Dez/11	Abr/12	Jul/12	Out/12	Total
Concedente	01	99.976,80	149.965,20	149.965,20	99.976,80	499.884,00
	Total	99.976,80	149.965,20	149.965,20	99.976,80	499.884,00
Proponente (P.M. BEBEDOURO/SP)	01	8.870,40	13.305,60	13.305,60	8.870,40	44.352,00
	Total	8.870,40	13.305,60	13.305,60	8.870,40	44.352,00





Plano de Aplicação

Natureza das Despesas	Concedente	Proponente	Total
3.3.3.9.0.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	499.884,00	44.352,00	544.236,00
Total	499.884,00	44.352,00	544.236,00



DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Data: ____ de ____ de ____.

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência da Instituição PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO SP com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignada nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

JOAO BATISTA BIANCHINI - PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO SP

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA

Data: ____ de ____ de ____.

Declaro, para fins de prova junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para efeitos e sob as penas da lei, que a Instituição PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO SP dispõe dos recursos financeiros necessários à contrapartida, no valor de R\$ 44.352,00 (quarenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e dois reais), prevista na proposta referente ao Edital de Chamada Pública nº _____, que equivale a 8,15% do valor total do convênio em tese.

JOAO BATISTA BIANCHINI - PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO SP

DEFERIMENTO PELO CONCEDENTE

Data: ____ de ____ de ____.

Deferido.

Assinatura do gestor responsável pelo deferimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Pça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14.701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo



Pref. Munc. Bebedouro
Folha nº **00055**
Des. CML

BEBEDOURO PARA TODOS 2009/2012

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

Visando atender ao disposto no artigo 39 da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, e as exigências da Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, eu **JOÃO BATISTA BIANCHINI**, CPF nº 071.376.858-46, na qualidade de Prefeito Municipal de Bebedouro, UF: SÃO PAULO, CNPJ nº 45.709.920/0001-11.

DECLARO, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) O Município instituiu, regulamentou e arrecadou todos os tributos previstos nos artigos 155 e 156 da Constituição Federal.
- b) O Estado/ Município não está inadimplente:
 - com a União, inclusive com as contribuições de que tratam os artigos 195 e 239 da Constituição Federal;
 - com as contribuições para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
 - com a prestação de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública Federal, através de convênios, ajustes, subvenções sociais, contribuições auxílios e similares.
- c) Os projetos, atividades e correspondentes subtítulos, contemplados pelas descentralizações ou transferências dos recursos estão incluídos na Lei Orçamentária Municipal nº 4258 de 28 de Dezembro de 2010 para o Exercício de 2011; publicada em 31 de Dezembro de 2010, no Jornal, Folha da Cidade de Bebedouro (SP) e a Lei Orçamentária Municipal nº 4411 de 14 de Dezembro de 2011; para o Exercício 2012; publicada em 24 de Dezembro de 2011, no Jornal, O Jornal da Cidade de Bebedouro (SP).
- d) Os recursos referentes à contrapartida, no valor de R\$ 44.352,00, estão incluídos na Lei Orçamentária Municipal nº 4258 de 28 de Dezembro de 2010, para o Exercício de 2011, na seguinte programação:
 - Unidade:..... 09.01.00 - Assistência Social
 - Função:..... 08 - Assistência Social
 - Programa/SubFunção:..... 244 - Assistência Comunitária
 - Subprograma/Programa:..... 4007 - Gestão da Política de Assistência Social
 - Projeto/Atividade: 2333 - Gestão da Política de Assistência Social
 - Natureza da Despesa:..... 3390.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Está assegurada a contrapartida, no valor legal exigida de R\$ 44.352,00; 8,9% (oito, nove por cento) do total do Plano de Qualificação Social e Profissional.

Bebedouro (SP), 28 de Dezembro de 2011.

Prefeitura Municipal de Bebedouro-SP
Sr. João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

“Deus Seja Louvado”



Pref. Munic. Bebedouro
0004
Pres. CML

Instituição/Órgão
P.M. BEBEDOURO/SP / SP

Período de Execução
30/12/2011 à 30/12/2012

**SPETR
SPPE
DES/DEQ/MTE**

**Projeto do Plano Setorial de Qualificação - PlanSeQ
PLANSEQ SERVIÇOS**



PLANSEQ SERVIÇOS

Identificação do Projeto

Instituição/Órgão

P.M. BEBEDOURO/SP

Ação

PLANSEQ

Identificação do objeto

PLANSEQ SERVIÇOS

Justificativa da proposição

Com a crescente demanda por mão de obra qualificada e a evasão do homem do campo; devido a fatores como a substituição da colheita da laranja pela da cana de açúcar; a falta de certificação e a dificuldade financeira. O Município de Bebedouro (SP), possui grande maioria de seus trabalhadores, oriundos da colheita da Laranja, a qual encontra-se em franca substituição pela Cana de Açúcar e Alcool. Necessitamos com urgência, capacitar esta mão de obra, para as novas exigências e oportunidades de trabalho. Qualificando-os para as funções mais solicitadas e principalmente; direciona-lo na busca e decisão quanto a qualificação a ser seguida. Esta mão de obra excedente não possui recursos para custear um treinamento de qualidade e com certificação. Assim o Município de Bebedouro (SP), busca o treinamento de 535 Educandos; com certificação reconhecida nacionalmente e distribuídos através dos seguintes e específicos cursos.

Projeto principal

Projeto Básico - Termo de Referência Prefeitura Bebedouro SP.pdf

Anexos

Não há Anexos

Período de Execução

Início

30/12/2011

Término

30/12/2012





Matriz de Financiamento

Financiador	Ação	Valor Total (R\$)	Participação (%)
P.M. BEBEDOURO/SP	QSP	44.352,00	8,15
FAT	QSP	499.884,00	91,85
Total		544.236,00	100,00





Detalhe da Matriz de Financiamento

Financiador
P.M. BEBEDOURO/SP / QSP

Recurso (R\$)
44.352,00

Rubrica	Custo (R\$)	Participação (%)
CUSTEIO	44.352,00	100,00
Total	44.352,00	100

Financiador
FAT / QSP

Recurso (R\$)
499.884,00

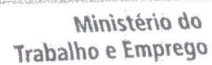
Rubrica	Custo (R\$)	Participação (%)
CUSTEIO	499.884,00	100,00
Total	499.884,00	100





Matriz QSP

CBO	Curso			Turma
	Descrição	Meta	Carga Horária	
	a normas e procedimentos técnicos e de			
516210 - CUIDADOR DE IDOSOS	Acompanhante de idosos, Cuidador de pessoas idosas e dependentes, Cuidador de idosos domiciliar, Cuidador de idosos institucional,	85	200	3
Total		535		3



Matriz IMO

Ocupação	Código CBO	Agente de Intermediação					
		Encaminhados			Colocados		
		SINE	Outros	Total	SINE	Outros	Total
ALMOXARIFE	414105	74	8	82	24	3	27
AUXILIAR NOS SERVICOS DE	513505	74	8	82	24	3	27
CUIDADOR DE IDOSOS	516210	70	8	78	23	3	26
GARCOM	513405	75	8	83	24	3	27
OPERADOR DE COMPUTADOR (INCLUSIVE	317205	75	8	83	24	3	27
RECEPCIONISTA, EM GERAL	422105	73	10	83	24	3	27
Total		441	50	491	143	18	161



Distribuição por Município

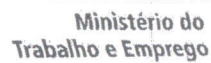
Município	Outros Públicos	Meta	Recurso (R\$)	Contrapartida (R\$)
BEBEDOURO		90	83.160,00	8.316,00
BEBEDOURO		90	85.932,00	6.468,00
BEBEDOURO		90	84.084,00	7.392,00
BEBEDOURO		85	79.464,00	7.392,00
BEBEDOURO		90	83.160,00	8.316,00
BEBEDOURO		90	84.084,00	6.468,00
Total		535	499.884,00	44.352,00



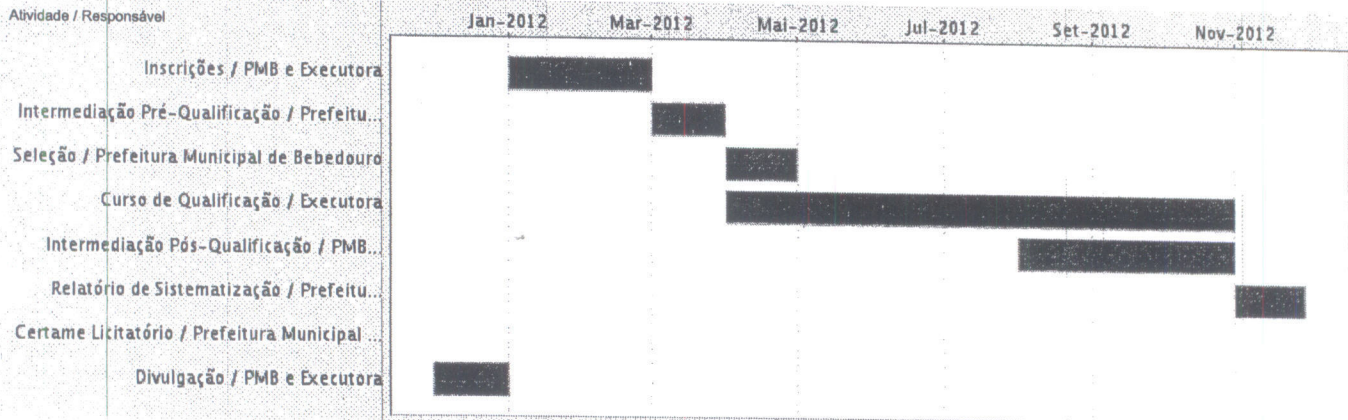


Distribuição por Público

Público Prioritário	Meta	Recursos (R\$)	Contrapartida (R\$)
Trabalhadores(as) sem Ocupação - 1º Emprego	216	182.952,00	16.632,00
Trabalhadores(as) Autônomos(as) e por Conta Própria	205	173.712,00	15.708,00
Trabalhadores (as) Domésticos(as)	60	50.820,00	4.620,00
Trabalhadores(as) Beneficiários(as) de Pol. Afirmativas Portadores(as) de Necessidades	54	92.400,00	7.392,00
Total	535	499.884,00	44.352,00



Cronograma PlanSeQ





Comissão de Elaboração, Acompanhamento e Concertação

Instituição	Representação	Contato	
Prefeitura Municipal de Bebedouro - SP	Governo	Francisco Carlos Cunha	(17) 33459153





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT Nº 015/2011 – PM
DE BEBEDOURO/SP

SICONV Nº 767999/2011

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
(UNIÃO), POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO -
SPPE, E A PREFEITURA MUNICIPAL DE
BEBEDOURO/SP, SENDO INTERVENIENTE O
CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE
AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT,
OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DO
PLANO SETORIAL DE QUALIFICAÇÃO -
PLANSEQ, DA ÁREA DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO
DO PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO - PNQ
(EMENDA PALARMENTAR).**

O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (UNIÃO), com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Brasília - DF, CEP nº 70079-900, por intermédio da **SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - SPPE**, CNPJ nº 07.526.983/0022-78, através de seu Secretário Substituto, **ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER**, CPF Nº 082.558.257-11, Identidade Nº 1384255, expedida pela SSP/ES, com base na competência cometida pela Portaria Ministerial – GM/MTE nº 1.162, de 3 de junho de 2011, sendo interveniente o **CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT**, representado por seu Vice-Presidente, **LUIGI NESE**, CPF nº 049.448.798-49, Identidade nº 2.696.942-7, expedida pela SSP/SP, com base na competência cometida pela Resolução nº. 673, de 28 de julho de 2011, doravante denominados **CONCEDENTE**, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**, representada por seu Prefeito, **JOÃO BATISTA BIANCHINI**, CPF nº 071.376.858-46, Identidade nº 18.857.897, expedida pelo SSP/SP, situada na Praça José Stamato Sobrinho, 45, CNPJ nº 45.709.920/0001-11, doravante denominado (a) **CONVENIENTE**, sujeitando-se no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010; dos Decretos nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 5.504, de 5 de agosto de 2005, e nº 6.170, de 25 de julho de 2007; da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, e norma que a suceder; da Portaria MTE nº 586, de 2 de setembro de 2008 e das Resoluções do CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011, nº 666, de 26 de maio de 2011, **RESOLVEM**, celebrar este Convênio, na conformidade dos elementos constantes do **Processo MTE nº 46069.005085/2011-90**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a execução de ações do Plano Setorial de Qualificação - **PlanSeQ Emenda Parlamentar**, voltado para o setor de **Serviços**, que será executado no município de **Bebedouro/SP**, conforme

PlanSeQ Nacional de Qualificação – PM Bebedouro – Emenda Parlamentar.

João Batista Bianchini¹
Prefeito Municipal

curso e carga horária constantes no Plano de Trabalho aprovado no Portal dos Convênios - SICONV, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução, com os respectivos cronogramas, nos termos das Resoluções CODEFAT nº 679 de 29 de setembro de 2011, nº 666 de 26 de maio de 2011 e do Termo de Referência do PNQ, constam do Plano de Trabalho assinado pela(o) **CONVENIENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, que passará a fazer parte integrante deste Convênio, independentemente de transcrição.

Parágrafo Primeiro. O Plano de Trabalho deverá contemplar as ações para o período de execução compreendido entre 2011-2012 e poderá ser alterado, nos termos do Decreto 6.170, de 2007, e da Portaria Interministerial nº 127, de 2008, observado o disposto nas Resoluções do CODEFAT, por meio de:

I - apostilamento, quando se tratar de ajustes que não acarretem acréscimo dos montantes de cada programa de trabalho transferido pelo **CONCEDENTE** ao(à) **CONVENIENTE**; e

II - termo aditivo, para alterar os valores inicialmente previstos, para remanejamento de valores de um programa de trabalho para outro e entre os grupos de despesas de cada programa de trabalho, desde que obedeça à mesma categoria econômica (de custeio para custeio e de capital para capital) e que a solicitação do(a) **CONVENIENTE** venha acompanhada das devidas justificativas) demonstrando que a alteração contribuirá para a consecução do objeto pactuado) que possam merecer a aprovação prévia do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPANTES

I - Compete ao **CONCEDENTE**:

- a) manter a supervisão, o acompanhamento, o controle e a avaliação da execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, inclusive no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, nos termos da Portaria Interministerial nº 127/2008;
- b) efetuar a transferência dos recursos financeiros, previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, observado a alínea "w" do item II desta Cláusula;
- c) analisar os relatórios de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas relativas ao objeto do presente Convênio;
- d) analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de reformulações do Convênio e do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, devidamente justificada e que não impliquem mudança no objeto;
- e) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo ou transferindo a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- f) realizar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, dos recursos transferidos para este Convênio;
- g) dar publicidade no Portal dos Convênios da celebração, alteração, liberação dos recursos, acompanhamento da execução e prestação de contas deste convênio;
- h) decidir sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos;
- i) analisar as prestações de contas encaminhadas pelo(a) **CONVENIENTE**, observando os procedimentos estabelecidos pelo Decreto 6.170/2007 e Portaria Interministerial nº 127/2008;

j) mobilizar as Superintendências e Gerências Regionais do Trabalho e Emprego dentro das atribuições que lhe cabem institucionalmente, sem sobreposição com as atribuições de outros órgãos públicos de controle, para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações realizadas no âmbito deste Convênio;

k) encaminhar às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego cópia deste Termo de Convênio e do respectivo Plano de Trabalho lançado e aprovado no SICONV;

l) dar ciência da celebração deste Convênio à respectiva Assembléia Legislativa ou Câmara Legislativa ou Câmara Municipal do(a) **CONVENENTE**, no prazo de até dez dias, conforme estabelecido na Portaria nº 127, de 2008, quando da liberação dos recursos financeiros, a notificação será no prazo de dois dias úteis;

m) dotar o Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo de mecanismos que permitam sua operação predominantemente *on line* ou via Internet, com maior transparência na divulgação dos dados, incluindo informações que permitam a identificação das ações de intermediação de mão-de-obra, qualificação social e profissional, com segurança nas informações prestadas;

n) designar e registrar no SICONV servidor para o acompanhamento da execução do Convênio, o qual deverá anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto e adotar as medidas necessárias à regularização das falhas porventura observadas;

o) realizar no SICONV os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;

p) registrar no SICONV os atos que por sua natureza não possam ser nele realizados;

q) registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas, bem como sua aprovação ou não;

r) suspender a liberação dos recursos quando constatar quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, comunicando o fato ao(a) **CONVENENTE** e fixando-lhe o prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

s) prorrogar de “ofício” a vigência do instrumento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

II - Compete ao(a) **CONVENENTE**:

a) executar as atividades inerentes à implantação deste Convênio com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho e seus Anexos, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade pedagógica em suas atividades; podendo, para tanto, se utilizar apenas do instituto da celebração de contratos administrativos com fornecedores e prestadores de serviços;

b) responder pela privacidade e sigilo das informações relacionadas ao objeto deste convênio;

c) depositar a contrapartida e gerir os recursos financeiros em conta bancária específica do convênio, a ser aberta em instituição financeira controlada pela União, nos termos do art. 30, XIII, e 42 da Portaria Interministerial 127, de 2008;

d) proceder à prestação de contas dos recursos recebidos no SICONV na forma definida pelo arts. 56 ao 58 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

e) arcar, com recursos próprios ou recebidos do **CONCEDENTE**, nos limites definidos no Plano de Trabalho aprovado, com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Convênio;

f) devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU Simples, a crédito da SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, Código 380908 e Gestão 00001, no prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão deste Convênio, conforme Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, Decretos nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004 e 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008;

g) realizar a aquisição de materiais e contratação de serviços com base nos procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993; na Lei 10.520, de 2002; bem como no art. 49 da Portaria Interministerial 127/2008;

- h) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Convênio;
- i) propiciar os meios e as condições necessárias para que os técnicos do CONCEDENTE, os servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, bem como aos locais de execução deste, prestando a estes, quando solicitadas, as informações pertinentes;
- j) permitir o acesso dos servidores do CONCEDENTE bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das contratadas, na forma do art. 44 da Portaria Interministerial 127/2008;
- k) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- l) realizar ou registrar no SICONV os atos referentes à movimentação e o uso dos recursos deste convênio e as informações referentes às licitações realizadas, para aquisição de bens e serviços necessários a fim de executar o objeto do convênio, até 20 (vinte) dias após a realização dos referidos procedimentos, nos termos do art. 50 da Portaria Interministerial 127/2008 c/c a Diretriz nº 004/2010 da Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV;
- m) observar o disposto no art. 43 da Portaria Interministerial 127/2008, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
- n) incluir no SICONV, antes da realização de cada pagamento, as informações constantes dos incisos I ao V do § 3º do art. 50 da Portaria Interministerial 127/2008;
- o) prever que o atesto das faturas das entidades de que trata o art. 23 da Resolução CODEFAT nº 679/2011, porventura contratadas para auxiliar na execução da qualificação social e profissional, só ocorra após a comprovação da efetiva prestação de serviços, mediante atendimentos, quando cabível, dos seguintes requisitos:
1. identificação precisa dos serviços executados, contendo datas, locais, ações formativas realizadas, número de educandos, seus respectivos nomes e frequência;
 2. apresentação de listas assinadas pelos educandos comprovando o fornecimento de vale-transporte, de lanche (alimentação), de material didático e dos certificados de conclusão aos educandos;
 3. observar o percentual de evasão permitido, conforme diretrizes do PNQ; e
 4. alimentação no Sistema Mais Emprego - PNQ ou seu sucedâneo, dos serviços prestados;
- p) disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato do convênio contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores, as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos e eventuais contratações realizadas para a execução do objeto pactuado ou inserir link em sua página eletrônica que possibilite o acesso direto ao Portal de Convênios;
- q) notificar, se houver, o conselho municipal ou estadual responsável pela respectiva política pública instalado no local de execução da ação, bem como as respectivas Comissões de Emprego;
- r) disponibilizar os recursos financeiros, referente à sua contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho e com as disposições da Cláusula Quinta deste Convênio;
- s) acompanhar e avaliar a participação e a qualidade dos cursos realizados, mantendo cadastro individualizado dos beneficiários do **PlanSeQ Serviços**, identificando nome, RG, CPF, data de nascimento, endereço, telefones, endereço eletrônico, cursos do qual está participando, entre outros;
- t) estruturar as ações de qualificação social e profissional em conformidade com os títulos, códigos e conteúdos técnicos estabelecidos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO;
- u) utilizar os recursos de forma eficiente, observando o valor médio de R\$ 4,62 (quatro reais e sessenta e dois centavos) por aluno/hora-aula na qualificação social e profissional e R\$ 9,24 (nove reais e vinte e quatro centavos) para os alunos portadores de necessidades especiais;

- v) aplicar e gerir os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** concomitante com os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente, no objeto do Convênio e de conformidade com o Plano de Trabalho aprovado;
- w) comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, art. 43, da Portaria Interministerial nº 127/2008, ocasião em que o **CONCEDENTE**, posteriormente, realizará o repasse do recurso na forma do *caput* do mencionado art. 43;
- x) fornecer as informações solicitadas pelo **CONCEDENTE**, referentes ao desenvolvimento do projeto e sua execução físico-financeira;
- y) recolher à conta do **CONCEDENTE**, proporcionalmente, o valor corrigido da contrapartida, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto deste Convênio;
- z) recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referentes ao período compreendido entre a liberação do recurso e a data prevista para sua utilização na forma do Plano de Trabalho, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto e ainda que não tenha feito aplicação;
- aa) designar, formalmente, Coordenador responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste Convênio;
- bb) encaminhar ao **CONCEDENTE**, os relatórios indispensáveis ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das ações previstas e da aplicação dos recursos recebidos;
- cc) manter o equipamento mínimo para rodar o Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo, com segurança nas informações prestadas;
- dd) disponibilizar informações no Sistema Mais Emprego – PNQ, nos prazos e condições fixados pelo CODEFAT e MTE, sob pena de caracterização de não-execução do convênio, arcando com os custos referentes ao uso inadequado, inclusive os de suas instituições contratadas;
- ee) alimentar as informações no Sistema Mais Emprego – PNQ, como condição para liberação pelo **CONCEDENTE** dos recursos referente as parcelas do convênio, conforme os critérios estabelecidos na Cláusula Quinta deste instrumento.
- ff) não permitir pagamentos antecipados por serviços não realizados, conforme o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986 e do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008;
- gg) disponibilizar ao **CONCEDENTE** os produtos desenvolvidos no âmbito deste Instrumento;
- hh) assegurar a qualidade pedagógica das atividades de qualificação social e profissional desenvolvidas no âmbito do **PlanSeQ Serviços**;
- ii) assegurar que a carga horária média seja igual ou superior a duzentas horas;
- jj) facilitar o acesso das informações referentes às atividades desenvolvidas no âmbito deste Convênio, junto a Comissão/Conselho Estadual de Trabalho/Emprego, a Superintendência Regional do Trabalho e as Instituições contratadas pelo **CONCEDENTE** para realizar a Supervisão Operacional e a Avaliação do PNQ;
- kk) arquivar os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, assim como da execução do objeto do convênio, em ordem cronológica, no órgão de contabilização, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contado da data da aprovação da prestação de contas, onde ficarão à disposição do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e dos órgãos de controle interno e externo da União;
- ll) observar o percentual de evasão permitido, que é de, no máximo, 20% (vinte por cento). Acima desse percentual é exigida a restituição dos recursos repassados pelo Convênio correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do custo de qualificação social e profissional de cada educando evadido acima do limite, salvo as exceções previstas no item 11.5 do Termo de Referência do CODEFAT - aprovado por meio da Resolução nº 679/2011;
- mm) comunicar ao DEQ/SPPE sobre todos os eventos relacionados ao objeto do presente convênio, inclusive o encerramento das turmas e entrega de certificados. Informando no mínimo: data, hora, local e seu conteúdo, **com antecedência mínima de 20 (vinte) dias**;

nn) tomar as providências necessárias, durante a execução das ações, para que as pessoas que ainda não possuem número de cadastro no Programa de Integração Social – PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, ou o Número de Identificação Social – NIS sejam devidamente cadastradas (§4º, art. 4º, Resolução CODEFAT nº 679/2011);
oo) não realizar atividades fora do seu campo de especialização, no âmbito do PNQ;
pp) não subcontratar em parte ou na sua totalidade, o objeto do convênio de execução de ações de QSP no âmbito do PNQ;
qq) utilizar o carimbo referido na Portaria MTE nº 2.437, de 8/10/2010;
rr) não matricular os mesmo aluno para mais de um curso de qualificação profissional e social disponibilizados neste convênio;
ss) notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos recebidos no âmbito deste Convênio, no prazo de dois dias úteis, contados do recebimento, em observância às disposições do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997;
tt) dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
uu) apresentar, previamente ao início das ações de qualificação profissional, seu projeto à respectiva Comissão Estadual de Trabalho da unidade da federação onde será executado o projeto, nos termos do § 8.º do artigo 11 da Resolução CODEFAT nº 679, de 29/09/2011.

III - Compete ao **CODEFAT**:

a) estabelecer os critérios para a transferência dos recursos de que trata este Convênio; e
b) acompanhar e avaliar o impacto social e a gestão econômico-financeira dos recursos, bem como o cumprimento das metas propostas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução do objeto deste Convênio, no montante de **R\$ 544.236,00** (quinhentos e quarenta e quatro mil, duzentos e trinta e seis reais), serão alocados em 04 (quatro) parcelas pelo **CONCEDENTE**, assim como a contrapartida do(a) **CONVENENTE**, conforme Plano de Trabalho aprovado, obedecendo a seguinte distribuição:

I - O **CONCEDENTE** transferirá o valor de **R\$ 499.884,00** (quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), referente à Emenda Parlamentar nº 25320001, de acordo com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, a conta dos recursos alocados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, no Programa de Trabalho 11.333.0101.4725.0035 – Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores para o Acesso e Manutenção ao Emprego, Trabalho e Renda em Base Setorial (PLANSEQ), Natureza da Despesa nº 33.40.41, conforme nota de empenho nº 2011NE800896, de 28/12/2011.

II – AO **CONVENENTE** a título de contrapartida, alocará o valor total de **R\$ 44.352,00** (quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e dois reais), para pagamento das despesas referentes à execução das atividades estabelecidas no Plano de Trabalho, em cumprimento à exigência da Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010, do Decreto nº 6.170/2007 e da Portaria Interministerial nº 127/2008.

CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão liberados conforme o seguinte cronograma de desembolso constante do plano de trabalho:

Mês/Ao	Dez/2011	Abr/2012	Jul/2012	Out/2012	Valor Total
Recurso do CONCEDENTE	R\$ 99.976,80	R\$ 149.965,20	R\$ 149.965,20	R\$ 99.976,80	R\$ 499.884,00
Recurso do CONVENIENTE	R\$ 8.870,40	R\$ 13.305,60	R\$ 13.305,60	R\$ 8.870,40	R\$ 44.352,00
Valor total	R\$ 108.847,20	R\$ 163.270,80	R\$ 163.270,80	R\$ 108.847,20	R\$ 544.236,00

Parágrafo Primeiro. A liberação das parcelas aprovadas para o referido Convênio ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 43 da Portaria Interministerial nº 127/2008, c/c a Diretriz nº 004/2010 da Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV e a alimentação da execução do objeto do convênio no Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo;

Parágrafo Segundo. A liberação da **primeira parcela** do convênio, pelo CONCEDENTE, fica condicionada a aprovação do Plano de Trabalho da Conveniente no Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo, observado o disposto nas alíneas “c” e “w” do Inciso II, da Cláusula Terceira do Convênio, procedimento este que deverá ser observado em relação às parcelas subseqüentes;

Parágrafo Terceiro: a liberação da **segunda parcela** do convênio, pelo CONCEDENTE, fica condicionada a alimentação as informações no Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo, pela CONVENIENTE, de no mínimo 15% do total da meta conveniada em status de andamento ou mínimo de 10% do total da meta conveniada de ações concluídas para a **terceira parcela** fica condicionada a alimentação as informações no Sistema de no mínimo 45% da meta total conveniada, com mínimo de 25% de ações concluídas e demais em andamento e para liberar a **quarta parcela** a Conveniente deve demonstrar no mínimo 75% da meta total conveniada, com mínimo de 60% das ações concluídas e demais em andamento. As liberações das parcelas também ficam condicionadas ao atendimento do disposto na Diretriz nº 004/2011 da Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV que trata da obrigatoriedade de registros das informações referentes às licitações realizadas e aos contratos celebrados, para aquisição de bens e serviços necessários a fim de executar o objeto do convênio.

Parágrafo Quarto. A transferência dos recursos será realizada de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal.

Parágrafo Quinto. Os créditos e empenhos referentes aos recursos a serem transferidos pelo concedente nos exercícios subseqüentes serão indicados mediante registro contábil, nos termos do art. 8º, Portaria Interministerial nº 127/2008.

Parágrafo Sexto. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção de eventuais impropriedades ocorridas, nos casos a seguir especificados:

I - quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do sistema de controle da Administração Pública;

II - quando verificado o desvio de finalidades na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio;

III - quando for descumprida, pela parte CONVENIENTE, qualquer cláusula ou condição deste Convênio.

Parágrafo Sétimo. O desembolso da parcela subseqüente pelo CONCEDENTE somente ocorrerá quando tiverem sido cumpridos os seguintes requisitos:

PlanSeQ Nacional de Qualificação – PM Bebedouro – Emenda Parlamentar.

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

I - inserção das informações relativas à execução das ações no Sistema Mais Emprego – PNQ ou seu sucedâneo; e

II - demonstração pelo (a) **CONVENIENTE** do cumprimento da execução integral das metas previstas para a etapa estabelecida;

Parágrafo Oitavo. As receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do Convênio não poderão ser computadas como contrapartida e, quando couber realinhamento de preços para execução do objeto deste Convênio, poderão ser agregadas ao saldo do valor do repasse, majorando-se, proporcionalmente, o valor da contrapartida, de responsabilidade do (a) **CONVENIENTE**, para cobertura dos novos custos, sujeitando-se às mesmas condições da prestação de contas.

Parágrafo Nono. O **CONCEDENTE** deverá atualizar no SICONV, até o dia anterior à data prevista para a liberação da segunda e demais parcelas, quando for o caso, o relatório sintético sobre o andamento da execução deste Convênio, que deverá contemplar os aspectos previstos no Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

Parágrafo Décimo. Nenhuma liberação de recursos no âmbito deste Convênio poderá ser efetivada sem a prévia verificação da regularidade do(a) **CONVENIENTE** e prévio registro no SICONV.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Este Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial.

Parágrafo Primeiro. A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza de despesa e a fonte de recursos, observando que a execução das despesas somente poderá ser efetuada mediante solicitação formal do responsável pela execução do Convênio.

Parágrafo Segundo. É vedado a **CONVENIENTE**:

I. realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, inclusive nos termos porventura firmados com terceiros;

II. efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional;

III. alterar o objeto do Convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado;

IV. utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Convênio e seu respectivo Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

V. realizar despesas em data anterior à vigência deste Convênio;

VI. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

VII. realizar despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escola para o atendimento pré-escolar;

IX. realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho; e

PlanSeQ Nacional de Qualificação – PM Bebedouro – Emenda Parlamentar.

8
João Batista Blanchini
Prefeito Municipal

X. utilizar os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, bem como os correspondentes à sua contrapartida, nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição Federal.

Parágrafo Terceiro. Os recursos para execução deste Convênio, desembolsados pelo **CONCEDENTE** e **CONVENENTE**, serão movimentados única e exclusivamente no Banco do Brasil S.A., Agência nº 0054-X, Conta nº 32659-3, sendo vedada qualquer movimentação com a finalidade diversa da execução deste Convênio.

Parágrafo Quarto. Os recursos transferidos enquanto não empregados na sua finalidade serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização se verificar em prazos menores que um mês.

Parágrafo Quinto. Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do convênio, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**.

Parágrafo Sexto. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo(a) **CONVENENTE**.

Parágrafo Sétimo. Para utilização na execução das despesas das receitas auferidas na forma do Parágrafo Quarto, a alocação dos recursos será distribuída entre os grupos de despesas que se fizerem necessários, obedecendo à natureza de despesa.

Parágrafo Oitavo. Os pagamentos com recursos transferidos do **CONCEDENTE** serão realizados ou registrados no SICONV, observando os seguintes preceitos:

- I - movimentação somente na conta específica;
- II - pagamentos realizados exclusivamente mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços; e
- III - transferência das informações relativas à movimentação da conta bancária específica do convênio ao SIAFI e ao SICONV, em meio magnético, a ser providenciada pelo (a) **CONVENENTE**.

Parágrafo Nono. Antes da realização de cada pagamento, (o) a **CONVENENTE** incluirá no SICONV, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- V - a comprovação do recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante inclusão no Sistema das notas fiscais ou documentos contábeis.

Parágrafo Décimo. Na ocorrência de cancelamento de restos a pagar, proceder-se-á na forma prevista no inciso XXII do art. 30 da Portaria Interministerial nº 127/2008.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de coordenação, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução das ações constantes no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro. Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, ao(a) **CONVENENTE** observará as regras estabelecidas nos arts. 51 ao 55

da Portaria Interministerial nº 127/2008, cabendo ao(à) **CONVENIENTE** encaminhar ao **CONCEDENTE**, até trinta dias, após o término da vigência do convênio, relatório de execução físico-financeira e prestação de contas final, explicitando os resultados alcançados.

Parágrafo Segundo. No exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto o **CONCEDENTE** poderá se valer do apoio da Superintendência Regional do Trabalho que se situe próximo ao local de execução desse Convênio, conforme a Portaria MTE nº 485/2007.

Parágrafo Terceiro. O **CONCEDENTE** disporá de um sistema integrado de monitoramento e avaliação devendo registrar no SICONV os atos de acompanhamento da execução do objeto nos termos da Portaria Interministerial nº 127/2008.

Parágrafo Quarto. Caso o acompanhamento da execução do objeto deste Convênio não possa ser realizado na forma prevista no parágrafo anterior, a aferição da plena execução física do objeto dar-se-á por meio de acompanhamento no SICONV e da análise dos documentos e materiais descritos no Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava - Da Prestação de Contas.

Parágrafo Quinto. O **CONCEDENTE** no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do objeto poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos; e
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução deste Convênio.

Parágrafo Sexto. No acompanhamento e fiscalização do objeto deste Convênio serão verificados:

- I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III - a regularidade das informações registradas pelo(a) **CONVENIENTE** no SICONV; e
- IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Parágrafo Sétimo. O **CONCEDENTE** fará uso de sua prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

Parágrafo Oitavo. O **CONCEDENTE** comunicará ao(à) **CONVENIENTE** e ao Interviente, quando houver, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até trinta dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

- I - Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de dez dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.
- II - Caso não haja a regularização no prazo previsto no *caput*, o **CONCEDENTE**:
 - a) realizará a apuração do dano; e
 - b) comunicará o fato ao(à) **CONVENIENTE** para que seja ressarcido o valor referente ao dano.
- III - O não atendimento das medidas sancionadoras previstas no inciso II ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O(A) **CONVENIENTE** estará sujeita a prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, da contrapartida aportada e dos rendimentos das aplicações financeiras, quando houver, no prazo máximo de trinta dias contados do término da vigência deste Convênio ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, em conformidade com o disposto nos arts. 56 a 60, da Portaria Interministerial nº 127/2008.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância às disposições da Portaria Interministerial nº 127/2008, devendo ser composta, além dos documentos e informações inseridos pelo(a) **CONVENIENTE** no SICONV, dos seguintes:

- a) relatório de cumprimento do objeto, explicitando a repercussão do mesmo;
- b) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Instrumento;
- c) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- d) termo de compromisso por meio do qual o (a) **CONVENIENTE** será obrigada a manter os documentos relacionados ao Convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi aprovada a prestação de contas, nos termos do § 3º do art. 3º da Portaria Interministerial nº 127/2008;
- e) cópia dos produtos desenvolvidos com recursos deste convênio;
- f) a relação de treinados ou capacitados, contendo os dados discriminados na alínea "s" do inciso II da Cláusula Terceira deste Convênio; e
- g) a relação dos serviços prestados;
- h) comprovação do cumprimento inserção dos beneficiários no mundo do trabalho equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da meta concluída nas ações de qualificação profissional do Plano. (artigo 12 da Resolução CODEFAT 679/2011); e
- i) material didático por meio físico e em formato digital

Parágrafo Segundo. Na hipótese dos documentos e informações abaixo relacionados não puderem ser incluídos no SICONV, mediante justificativa do(a) **CONVENIENTE**, deverão ser apresentados ao **CONCEDENTE**:

- a) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da parcela única ou da primeira parcela até o último pagamento e conciliação bancária;
- b) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pelo **CONCEDENTE** ou GRU, quando recolhido ao Tesouro Nacional;
- c) cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e em suas posteriores alterações, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.504, de 05 de agosto de 2005, e na Portaria Interministerial nº 217/MPOG-MF, de 31 de julho de 2006;
- d) cópia dos termos de contratos firmados com terceiros para a consecução do objeto conveniado e documentação comprobatória de sua execução;
- e) comprovação, por meio de fotografia jornal, vídeo etc., da fixação da logomarca do GOVERNO FEDERAL, do MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO e do FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT, nos termos das Resoluções CODEFAT nº 44/1993 e suas alterações, e nº 560/2007, bem como a cumprir o determinado no Plano de Identidade Visual aprovado pelo MTE;
- f) cadastro individualizado dos beneficiários do **PlanSeQ Serviços**, identificando nome, RG, CPF, data de nascimento, endereço, telefones, endereço eletrônico, cursos do qual está participando, entre outros; e
- g) cópias das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios das despesas com a execução deste Convênio, inclusive, se for o caso, com hospedagens em estabelecimento hoteleiro ou similar e com aquisições de passagens de qualquer meio de transporte, bem como dos respectivos bilhetes utilizados, evidenciando em demonstrativo à parte

PlanSeQ Nacional de Qualificação - PM Bebedouro - Emenda Parlamentar.

11

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

e de forma correlacionada aos valores parciais e totais dessas despesas.

Parágrafo Terceiro. Caso a prestação de contas não seja aprovada pelo **CONCEDENTE** e exauridas todas as providências cabíveis para a regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do **CONCEDENTE**, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da tomada de contas especial, no termos do § 2º do art. 60 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

Parágrafo Quarto. O **CONCEDENTE** poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente, oportunidade em que a parte **CONVENIENTE** deverá fornecê-los;

Parágrafo Quinto: Na possibilidade da vigência do convênio ser superior a 12 (doze meses), mediante prorrogação por Termo Aditivo ou "De Ofício", a prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de trinta dias, contados do término da nova vigência do convênio;

Parágrafo Sexto: De acordo com o § 5º, artigo 8º da Resolução 679/2011, fica desobrigado do cumprimento da meta de inserção, os PlanSeQs Formais voltados para atender os trabalhadores em empresas afetadas por processo de modernização tecnológica;

Parágrafo Sétimo: O não cumprimento da meta de inserção sujeitará o conveniente à restituição de 25% (vinte e cinco por cento) do valor gasto na qualificação social e profissional por beneficiário não inserido no mundo do trabalho. (§ 3º do artigo 8º da Resolução 679/2011);

Parágrafo Oitavo: Na apuração do cumprimento da meta de inserção, a ser realizada pelo MTE no processo de prestação de contas do instrumento firmado, será descontada a evasão que houver nos cursos de qualificação do Plano. (§ 4º do artigo 8º da Resolução 679/2011);

Parágrafo Nono: Serão aceitas como modalidade de inserção dos beneficiários no mundo do trabalho, as documentações elencadas no § 2º do artigo 8º da Resolução 679/2011.

CLÁUSULA NONA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento, o(a) **CONVENIENTE**, no prazo improrrogável de trinta dias, contados da data da notificação, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigada a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL**, mantida no Banco do Brasil S.A., em nome do **CONCEDENTE**, com a utilização de Guia de Recolhimento à União - GRU, o que se segue:

I - os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, informando o número e a data de assinatura do Convênio;

II - o valor total dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

1. quando não for executado o objeto da avença;

2. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;

3. quando não for apresentada, no prazo estabelecido neste Convênio, a prestação de contas.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnadas, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;

IV - o valor corrigido da Contrapartida pactuada, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no Plano de Trabalho aprovado;

V - o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao

PlanSeQ Nacional de Qualificação - PM Bebedouro - Emenda Parlamentar.

12

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou, ainda, que não tenha sido feita aplicação; e
VI - o valor correspondente a qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

Parágrafo Único. A devolução prevista no *caput* desta Cláusula será realizada observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida previstos na celebração, independentemente, da época em que foram aportados pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUDITORIA

Os órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo verificarão a legalidade, a legitimidade e a economicidade da gestão dos recursos destinados à execução deste Convênio, em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único. Em complementação às ações de auditoria e supervisão operacional dos Planos de Trabalho, o **CONCEDENTE** poderá contratar auditoria externa independente para apresentar subsídios adicionais ao trabalho do órgão gestor das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DIVULGAÇÃO

Obriga-se o(a) **CONVENIENTE**, em razão deste Convênio, a fazer constar identificação do **GOVERNO FEDERAL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/MTE e do FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR/FAT**, nos termos das Resoluções CODEFAT nº 44/1993 e suas alterações, e 560, de 2007, bem como a cumprir o determinado no Plano de Identidade Visual aprovado pelo MTE, nos seguintes casos:

- I - nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos de convênios e contratos, tais como livros, relatórios, materiais didáticos, vídeos, *CD-Rom*, Internet e outros meios de divulgação;
- II - nos materiais de treinamento e certificação profissional ou outros meios de publicação;
- III - em qualquer atividade que venha a ser desenvolvida no âmbito deste convênio.

Parágrafo Primeiro. A identificação do Governo Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT/Plano Nacional de Qualificação/PNQ e do Programa Bolsa Família deve receber o mesmo destaque que o(a) do(a) **CONVENIENTE**, conforme o manual que trata de marcas e assinaturas públicas do Governo Federal, disponível no site www.planalto.gov.br;

Parágrafo Segundo. Toda ação de qualificação social e profissional desenvolvida pelo **PlanSeQ Serviços**, no âmbito deste Convênio, deverá ser divulgada sob a denominação de PNQ, excluindo-se qualquer outra designação específica de nome fantasia;

Parágrafo Terceiro. Fica vedada a utilização de símbolos partidários em qualquer material de divulgação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio terá **vigência de 12 meses** contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Parágrafo Primeiro. Obriga-se o **CONCEDENTE** prorrogar "de ofício" a vigência do instrumento antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

Parágrafo Segundo. Eventual prorrogação apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do termo de convênio, desde que ocorra algum dos motivos constantes do § 1º do art. 57 c/c art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993 e deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Além dos motivos elencados nos arts 61 e 62 da Portaria Interministerial nº 127/2008, este Convênio poderá ser rescindido pelos partícipes na ocorrência de quaisquer dos motivos enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações, observados, no que couberem, os preceitos do art. 79 e as consequências previstas no art. 80 daquele mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro. Este Convênio também poderá ser denunciado pelos partícipes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, imputando-lhes, em qualquer hipótese, as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Convênio.

Parágrafo Segundo. Há previsão de extinção obrigatória do instrumento em caso de o Projeto Básico não ter sido aprovado ou apresentado no prazo estabelecido, quando for o caso, segundo previsão contida no art. 30, inciso XVIII, da Portaria Interministerial nº 127/2008.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES

O **CONCEDENTE** comunicará ao(à) **CONVENENTE** e ao interveniente, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Primeiro. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

Parágrafo Segundo. Caso não haja a regularização no prazo previsto no caput, o **CONCEDENTE**:

- I - rescindirá o convênio;
- II - realizará a apuração do dano; e
- III - comunicará o fato ao **CONVENENTE** para que seja ressarcido o valor referente ao dano.

Parágrafo Terceiro. A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo, por acordo dos Partícipes, desde que não implique em alteração do seu objeto, devendo o respectivo pedido ser apresentado ao **CONCEDENTE** no prazo, mínimo, de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, conforme Portaria Interministerial nº 127/2008.

Parágrafo Único: Qualquer solicitação de alteração do Plano de Trabalho deve ser requisitada e assinada pelo responsável legal do convênio ou pelo seu preposto, sendo este último com procuração devidamente autenticada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONCEDENTE** providenciará, às suas expensas, publicação no Diário Oficial da União, do extrato deste Convênio, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura, conforme determinado pelo art. 33 da Portaria Interministerial nº 127/2008.

Parágrafo Primeiro. Somente serão publicados no Diário Oficial da União, os extratos dos aditivos que alterem o valor ou ampliem a execução do objeto conveniado.

Parágrafo Segundo. Será dada publicidade dos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e da prestação de contas no Portal dos Convênios.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

Não logrado êxito na conciliação a que se refere à Cláusula Décima Sexta, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

Firmam este Instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 30 de dezembro de 2011.

ALESSANDRO L. BONZANO COMPER
Secretário de Políticas Públicas de Emprego
Substituto

JOÃO BATISTA BIANCHINI
Prefeito Municipal de Bebedouro/SP

LUIGI NESE
Vice-Presidente do CODEFAT

Testemunhas:

Nome: FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA

CPF: 549.685.938-72

CI: F-417.226-8-557/53

Nome:

CPF:

CI:

Francisco Carlos Oliveira



124

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 16, segunda-feira, 23 de janeiro de 2012

8.666/93. Vigência: 01/01/2012 a 01/01/2013. Valor Total: R\$3.300,00. Fonte: 100000000 - 2011NE800586. Data de Assinatura: 01/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

UNIDADE ESTADUAL NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2012 UASG 114617

Nº Processo: 036290028201130. DISPENSA Nº 2/2012 Contratante: FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 03377607000183. Contrato: 03377607000183. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condução de veículos através de profissionais devidamente habilitados nas categorias "B" e "D" (CNH), por um período de 6 meses. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002 e no decreto nº 5.450/2005. Vigência: 02/01/2012 a 02/07/2012. Valor Total: R\$52.231,26. Fonte: 100000000 - 2011NE802553. Data de Assinatura: 02/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 UASG 114617

Número do Contrato: 33/2010. Nº Processo: 03629002222. DISPENSA Nº 2/2012 Contratante: FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 03377607000183. Contrato: 03377607000183. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos No-break e Estabilizadores de tensão por um período de 12 meses. Fundamento Legal: Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e na cláusula segunda do contrato adjudicado. Vigência: 01/11/2011 a 01/11/2012. Valor Total: R\$7.200,00. Fonte: 100000000 - 2011NE801987. Data de Assinatura: 01/11/2011.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 7/2011 - UASG 114617

Nº Processo: 03629002139201160. Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento diário de Água Mineral Natural, sem gás, em garrafas de 20 litros em regime de comodato, conforme especificações detalhadas constantes do ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL, parte integrante deste Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 23/01/2012 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 17h00. Endereço: Av. Mascote Branco, 750 Ed. Centralvile - Nazaré - Sala 504. Vale do Nazaré - SALVADOR - BA. Entrega das Propostas: a partir de 23/01/2012 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/02/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RUTE ANUNCIACAO CRUZ
Técnica em Planejamento Gestão e Inf. Geog.
Estatística

(SIDE - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

UNIDADE ESTADUAL NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2012 UASG 114608

Número do Contrato: 1/2009. Nº Processo: 03621000798200836. DISPENSA Nº 2/2009 Contratante: FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 03392919000105. Contrato: 03392919000105. Objeto: C.A.MORAIS COMERCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS. Objeto: Repactuação de preços do contrato em 8,99 % (oito e nove por cento), o qual corresponde a R\$ 4.647,85, valor mensal, com eficácia a partir de 01/05/2011. Fundamento Legal: Art. 65 da Lei 8.666/93. Data de Assinatura: 18/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

UNIDADE ESTADUAL EM MINAS GERAIS
DIVISÃO DE PESQUISAS DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2012 UASG 114618

Nº Processo: 03631001380201122. DISPENSA Nº 2/2012 Contratante: FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 91242819649. Contrato: 91242819649. Objeto: Locação do imóvel situado na Avenida Afonso Pena, nº 41, salas 04 e 06, Centro, em Conselheiro Lafaiete/MG, para instalar a Agência do IBGE em Conselheiro Lafaiete/MG. Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8666/93. Vigência: 05/01/2012 a 05/01/2013. Valor Total: R\$11.400,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800034. Data de Assinatura: 05/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assinatura/index.html>, pelo código 0003201212300124.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2012 UASG 114618

Nº Processo: 03631001327201121. DISPENSA Nº 3/2012 Contratante: FUNDAÇÃO INSTIT BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. CNPJ Contratado: 26006742000118. Contrato: 26006742000118. Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Hipólito Caron, nº 137, Centro, em Juiz de Fora/MG, para instalar a Agência do IBGE em Juiz de Fora/MG. Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8666/93. Vigência: 05/01/2012 a 05/01/2013. Valor Total: R\$30.000,00. Fonte: 100000000 - 2012NE800036. Data de Assinatura: 05/01/2012.

(SICON - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 5/2011 - UASG 114618

Nº Processo: 03631001370201197. Objeto: Contratação de cessão de uso de cartão magnético de carga a bordo (Cartões Ótimo) de Vale-Transporte, prestação de serviço de carga a bordo de vale-transporte sob a forma de créditos eletrônicos, disponibilização para utilização do software aplicativo de carga a bordo e a respectiva taxa de recarga de 1% (um por cento) cobrado sobre o valor total do pedido de créditos eletrônico. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: A empresa detém a exclusividade para a prestação de serviços de cessão de uso de cartões eletrônicos de VT na RMBH. Declaração de Inexigibilidade em 13/01/2012: HUMBERTO CAMPOS MOREIRA - Chefe da Unidade Estadual do Ige em MG em Exercício. Ratificação em 13/01/2012: GEISA MARIA TAVARES DA SILVA - Coordenadora de Recursos Materiais em Exercício. Valor Global: R\$ 45.450,00. CNPJ CONTRATADA: 10.426.715/0001-64 CONSORCIO OTIMO DE BILHETAGEM ELETRONICA.

(SIDE - 20/01/2012) 114618-11301-2012NE800022

UNIDADE ESTADUAL EM SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2012 - UASG 114624

Nº Processo: 03642000319201139. Objeto: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico para aquisição de empresa para fornecimento de serviço de comunicação de dados composto de acesso dedicado a Internet com banda garantida sem restrições, com desempenho e velocidade mínima de 2 Mbps. Total de Itens Licitados: 00023. Edital: 23/01/2012 de 09h00 às 12h00 e de 13h às 16h00. Endereço: Rua João Pinto, 60 - Centro - Florianópolis - Santa Catarina. POLIS - SC. Entrega das Propostas: a partir de 23/01/2012 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/02/2012 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital sem custo.

VICTOR HENRIQUE CALEJON SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 20/01/2012) 114629-11301-2012NE800001

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 1

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, e no Decreto de 18 de outubro de 2000, decidiu submeter a comentários públicos o Termo de Referência - TR para criação de Ata de Registro de Preços - ARP para contratação de serviços de aplicativos/softwares de gestão municipal disponibilizados no Portal de Software Público Brasileiro.

Pretende-se, com esta Consulta Pública, o recebimento de contribuições acerca do conteúdo do referido TR, com o objetivo de consolidar um documento que se torne referência para a Administração Pública na elaboração de editais para contratação de serviços de aplicativos/softwares do Portal de Software Público Brasileiro para a gestão municipal.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir e, preferencialmente, por meio do formulário eletrônico disponível no endereço <http://www.governoeletronico.gov.br>, relativo a esta Consulta Pública, de 08h00 de 24 de janeiro até às 23h59 do dia 06 de fevereiro de 2012.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico recebidas até às 23h59 do dia 06 de fevereiro de 2012, para: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação; Esplanada dos Ministérios, Bloco C, sala 322 - 70.046-900 - Brasília - DF - Fax nº (0xx01) 2020-1373. Correio eletrônico: govern@planejamento.gov.br

JORGE DE SOUZA ALVES

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 04926.001057/2010-25

Adquirente: Nivaldo Jair Furtado

Transmissor: União

Objeto: Contrato de Transferência Onerosa da Posse de imóvel adquirido da extinta RFFSA, situado na Rua Monsenhor João Gonçalves, nº 99, casa 02, composto por terreno com 155,25m², com edificação, no Município de Barbacena/MG. Fundamento legal: Lei nº 11.483 de 31/05/2007, Decreto nº 7.063 de 13/01/2010 e Portaria SPU/MP nº 200 de 29/06/2010. Assinatura do contrato: 16 de janeiro de 2012, Livro nº 7-A, folhas 185/187, da SPU/MG.

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE EMPREGO

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 763495/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, CNPJ nº 00.394.577/0001-25. Qualificação Social e Profissional na área de Comércio, cursos de Operador de Caixa, Operador de computador, vendedor de comércio varejista, promotor de vendas, auxiliar de serviços gerais, vendedora, montador de móveis e repositor de Mercadorias, divididos em 18 turnos, com média de 25 educandos por turma, totalizando 327 educandos. Valor Total: R\$ 332.640,00. Valor de Contrapartida: R\$ 33.264,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 40333, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33304, Num Empenho: 2011NE800376. Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2012. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatário: Concedente: ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER, CPF nº 082.558.257-11. Conveniente: CARLOS CAMILO GOES CAMERIBE, CPF nº 388.739.402-00.

(SICONV(PORTAL) - 20/01/2012)

Espécie: Convênio Nº 765229/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: ITABIRINHA DO MANTENA PREF GABINETE DO PREFEITO CNPJ nº 17.125.444/0001-56. Qualificação Social e Profissional na área de Serviços (Confeção e Construção Civil), cursos de Construção de máquinas industriais, pedreiro de edificações, soldador e eletricista de instalações, com 09 turnos, com média de 30 educandos por turma, totalizando 250 educandos. Valor Total: R\$ 255.024,00. Valor de Contrapartida: R\$ 25.502,40. Crédito Orçamentário: PTRES: 36060, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2011NE800670. Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2012. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatário: Concedente: ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER, CPF nº 082.558.257-11. Conveniente: AURELIO CEZAR DONADIA FERREIRA, CPF nº 451.443.896-00.

(SICONV(PORTAL) - 20/01/2012)

Espécie: Convênio Nº 765257/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: SÃO JOSE DO JACURI PREFEITURA, CNPJ nº 14.409.201/0001-02. Qualificação Social e Profissional na área de Construção Civil, cursos de pedreiro, servente de pedreiro, eletricista, pintor e carpinteiro, com 07 turnos, com média de 30 educandos por turma, totalizando 200 educandos. Valor Total: R\$ 204.204,00. Valor de Contrapartida: R\$ 4.020,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 36060, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2011NE800679. Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2012. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatário: Concedente: ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER, CPF nº 082.558.257-11. Conveniente: JOSE DE FATIMA OLIVEIRA, CPF nº 598.032.236-15.

(SICONV(PORTAL) - 20/01/2012)

Espécie: Convênio Nº 767999/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, Unidade Gestora: 380908, Gestão: 00001. Conveniente: PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO, CNPJ nº 45.709.920/0001-11. Qualificação Social e Profissional na área de Serviços, de 535 educandos em 18 turnos, para o(s) curso(s): almoxarifado, auxiliar de cozinha, cuidador de idosos, garçom, informática básica e recepcionista, divididos em 17 turnos com 30 educandos e 1 turma com 25 educandos, totalizando 535 educandos. Valor Total: R\$ 544.236,00. Valor de Contrapartida: R\$ 44.352,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 28581, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 33404, Num Empenho: 2011NE800896. Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2012. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatário: Concedente: ALESSANDRO LUCIANI BONZANO COMPER, CPF nº 082.558.257-11. Conveniente: JOAO BATISTA BIANCHINI, CPF nº 071.376.858-46.

(SICONV(PORTAL) - 20/01/2012)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.